

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2023.

Of. 08/23 JG

**Prezada Relatora para Brasil e Presidenta da Comissão Interamericana de Direitos Humanos,
Sra Julissa Mantilla**

Prezado Relator Especial para Liberdade de Expressão Sr Pedro Vaca Villarreal

**Prezada Relatora Especial para Relatoria Especial para Direitos Econômicos, Sociais, Culturais
e ambientais, Sra Soledad García Muñoz**

**Ref.: Violações de direitos humanos cometidas contra pessoas comunicadoras e
jornalistas no Brasil**

A JUSTIÇA GLOBAL vem apresentar uma atualização das violações de direitos humanos cometidas contra pessoas comunicadoras e jornalistas no Brasil. Ao longo dos anos o direito à liberdade de expressão vem sendo apropriado para uso de forças políticas da extrema direita conservadora para expressar ódio racial, misoginia, LGBT+fobia e outras formas de discriminação ao passo que pessoas e organizações que atuam como comunicadoras vem tendo seu direito cerceado. Nos atos antidemocráticos recentes, jornalistas, comunicadores/as foram alvo de violência verbal e sobretudo física, fatos relatados a seguir.

Dos fatos

Na tarde de domingo, dia 08 de janeiro de 2023, uma semana após Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumir a Presidência da República (2023-2026), o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, em Brasília, foram invadidos por cerca de 4 mil pessoas que se autodeclararam de extrema direita e contrárias ao novo e atual governo federal. Na ocasião, vidraças foram quebradas, as salas dos três prédios foram invadidas e documentos oficiais e históricos do governo foram destruídos, além de armas que foram roubadas.

Este fatídico dia 08 de janeiro também foi brutalmente marcado por violações aos profissionais de comunicação. Durante a cobertura da invasão da Praça dos Três Poderes em Brasília, ao menos onze profissionais e comunicadores/as foram alvos de ataques. Somam-se a estes atos antidemocráticos os ataques aos profissionais da comunicação e aos

comunicadores e comunicadoras comunitários de todo o país. Só nos primeiros 10 dias deste ano, já são mais de 20 casos de censuras e agressões. Para além disso, desde esse ataque aos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, mais de 40 profissionais foram agredidos física e verbalmente, acoissados e mesmo assaltados por grupos que defendem o golpe militar.

No ano passado, durante o período eleitoral (Outubro e Novembro), também houve forte perseguição aos trabalhadores da área da comunicação, aproximadamente 80 casos de violações foram contabilizados¹, isto de acordo com levantamento produzido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), sendo a maioria deles ocorridos também durante coberturas das manifestações antidemocráticas de 2022. Lembrando que 2022 foi ano dos assassinatos do jornalista Dom Philips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira, caso que chocou o mundo.

A Justiça Global vê com preocupação o agravamento da censura e os ataques aos profissionais de comunicação e aos comunicadores/as em todo o país. Acreditamos que violar o direito de comunicar e informar, é uma das principais formas de ataque à democracia brasileira. É constitucional assegurar o direito à comunicação no Brasil.

Alguns dos casos que ocorreram em 2022 e 2023: Levantamento feito pela Fenaj e pela Abraji

No Pará, ainda em 30.dez.2022, o jornalista independente Sandro André da Silva Ferreira, fazia uma reportagem sobre o atendimento de saúde na cidade de Tucuruí quando foi agredido. De acordo com o relato do repórter, a agressão partiu de seguranças e do próprio prefeito da cidade, Alexandre Siqueira (MDB), que nega o ocorrido, apesar dos ferimentos apresentados por Ferreira. O caso, que foi informado à Abraji na segunda-feira (2.jan.2023) está sob investigação da polícia.

Na outra ponta do país, em Porto Alegre (RS), um repórter cinematográfico da RDC TV foi agredido por um vereador, com um tapa na cara, ao tentar fazer reportagem sobre o acampamento de manifestantes bolsonaristas no entorno do Comando Militar do Sul. O caso

¹ A Abraji, em parceria com a Fenaj, já havia publicado um levantamento sobre a violência política que escalou no país a partir desses acampamentos, considerados ilegais e golpistas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Do dia 30.out.2022 até a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1.jan.2023, foram 70 ocorrências registradas, entre hostilização, agressões físicas, ameaças, além de disparo de tiros em uma sede de veículo de imprensa e incêndio em uma rádio. Os episódios ocorreram em 19 estados e no Distrito Federal.

ocorreu na terça-feira, 3.jan.2023. O vereador Eliel Antônio Alves (PRTB) da cidade de Nova Santa Rita, era um dos manifestantes. Em entrevista à RDC TV, ele se retratou diversas vezes, afirmando que não deveria ter agredido o jornalista.

Outro episódio de violência também partiu de um acampamento de bolsonaristas, dessa vez em Fortaleza. A agressão não foi física, mas verbal. Uma equipe de reportagem da TV Jangadeiro foi hostilizada pelos manifestantes, que pedem golpe militar e se negam a aceitar o resultado das urnas. O caso ocorreu no dia 3.jan.2023.

Em Belo Horizonte, ontem (5.jan.2023), um fotógrafo do jornal Hoje em Dia foi covardemente agredido, com socos e chutes, ao cobrir uma manifestação de bolsonaristas na rua. O caso foi levado à polícia e, com um corte na cabeça e escoriações, o repórter fotográfico teve de ser encaminhado ao hospital.

No Espírito Santo, os bolsonaristas que estavam desocupando um acampamento em Vila Velha hostilizaram duas equipes de profissionais de imprensa, da TV Tribuna e do portal ES 360, no dia 3.jan.2023. O Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo e a Fenaj denunciaram que os ataques ocorreram diante da Guarda Civil, que não protegeu os repórteres.

Em Londrina (PR), mais um caso de violência por parte de bolsonaristas acampados diante do Tiro de Guerra da cidade. Uma equipe da TV Tarobá, afiliada da Band, foi agredida fisicamente e expulsa do local, no dia 3.jan.2023. Os agressores tentaram quebrar e tomar os equipamentos dos jornalistas.

Também no dia 3.jan.2023, em Ribeirão Preto (SP), um fotógrafo do jornal Tribuna Ribeirão foi hostilizado por bolsonaristas no entorno de uma instalação militar da cidade. Os manifestantes cercaram o profissional e o ameaçaram.

Por fim, importa destacar que em visita ao Brasil, o relator da ONU sobre direitos à reunião pacífica e liberdade de associação, Clément Nyaletsossi Voule criticou a violência e perseguição contra comunicadoras e comunicadores relacionando diretamente essas e outras violências ao racismo, ainda assim o Estado brasileiro não atuou para enfrentar as condições que autorizam essas violências.

Conclusão

Ante o exposto, as entidades signatárias solicitam à ilustre Comissão Interamericana de Direitos Humanos e suas relatorias às quais esta comunicação está endereçada, que recomende aos Estado Brasileiro:

- Que o Estado brasileiro se responsabilize e faça um pronunciamento sobre o agravamento da censura, da agressão e das inúmeras violações cometidas neste momento aos trabalhadores da comunicação e aos comunicadores/as expressando quais medidas serão tomadas para evitar a repetição desses fatos;

- Que se adotem medidas necessárias para garantir os direitos à vida dos profissionais de comunicação e aos comunicadores/as e o livre exercício da profissão e à liberdade de expressão em todo o país;

Para quaisquer informações adicionais ou complementos, por favor, não hesite em nos contactar: juridico@global.org.br

Agradecemos a atenção dispensada a presente comunicação e renovamos nossos votos de estima por essa i.Comissão e seu secretariado.